



Humberto Dantas

Janeiro 2013

# BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

## Mensalão no país do futebol: a cultura política brasileira

### 1 - Introdução

O mundo parece aceitar com bastante naturalidade que o Brasil é o país do futebol. Pode não viver seu melhor momento no cenário internacional, mas ainda somos capazes de respirar cotidianamente o esporte. A realização da Copa do Mundo de 2014 carrega consigo polêmicas administrativas, mas a inauguração dos novos estádios tem causado entusiasmo, assim como os jogos e títulos conquistados por clubes de grandes torcidas. Ainda passa pela cabeça de quantidade expressiva de crianças o sonho de se tornar atleta profissional. O futebol é parte da cultura brasileira.

No início de dezembro encontrei um amigo holandês que vive no Rio de Janeiro faz alguns anos. Perguntei a ele o que estava achando da presença do veterano Clarence Seedorf, seu conterrâneo, no Botafogo. Eis a resposta: "interessante! Mas me impressiona como o futebol brasileiro é ruim, é mal jogado. Futebol é um jogo coletivo, estratégico, e aqui o que mais se aplaude é a malandragem de quem ludibriou a arbitragem ou o improvisado individual que nada combina com um esporte plural. As últimas copas que vocês venceram (1994 e 2002) foram as que mais demonstraram espírito de equipe". É claro que a declaração é polêmica, e parte expressiva dos brasileiros se sentiria obrigada a entrar no debate. Na verdade, muitos estariam prontos para a guerra de argumentos. Mas por quê? Simples: porque adoramos discutir futebol, e o

fazemos da forma mais apaixonada possível. No final do ano passado, por exemplo, a grande discussão em São Paulo tratava da conquista mundial do Corinthians e da polêmica final da Copa Sul Americana. Os apaixonados pelo atual campeão mundial desdenhavam de conquistas anteriores de outros clubes e do "meio jogo" que decidiu o secundário torneio continental vencido pelo rival São Paulo Futebol Clube. Os são-paulinos tratavam de desqualificar o bicampeonato do rival, alegando que o mundial de clubes realizado no Brasil era um torneio embrionário.

O modo como discutimos futebol, infelizmente, é transferido para a política. O ritmo apaixonado, talvez, seja um pouco menos intenso nas massas, mas trata-se de algo nosso, uma característica cultural. É verdade que é mais raro ver gente dizendo que odeia política do que pessoas nutrindo tal sentimento pelo esporte nacional. Mas ainda assim o ódio contra a política é tão visceral quanto o sentimento alimentado pelo time adversário. É isso mesmo: sentimos que a classe política é adversária do povo. Em uma democracia isso é tão trágico quanto a falta de estratégia esportiva destacada por meu amigo holandês. Mesmo porque, na política brasileira os projetos também carregam um egocentrismo assustador, capaz de levantar, apenas, uma torcida cega e aficionada por ídolos pontuais.

**BRASIL****EM FOCO**

JANEIRO 2013

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

Assim, o individualismo criticado pelo colega europeu, por exemplo, é traço marcante de nossos homens públicos, bem como a forma apaixonada como tratamos de candidaturas e partidos. Em setembro, numa pequena cidade do interior de Minas Gerais, notei que muitas casas tinham em seus jardins bandeiras rubro-negras hasteadas. O Flamengo lutava contra o rebaixamento no Campeonato Brasileiro de futebol e logo perguntei para um amigo local: "você mineiros gostam mesmo dos times do Rio de Janeiro, não é? Olha a quantidade de bandeira do Flamengo nas casas. Que paixão!" Ele riu sem graça e disse: "isso não é futebol, é política. São as cores de um dos candidatos à Prefeitura. Vou te mostrar que em outros bairros as bandeiras são amarelas e azuis. Isso é guerra, é briga de torcida eleitoral".

Em meio ao que poderíamos então chamar de cultura política, ou de uma cultura que se espalha ao longo de nossa política e foi tão bem tratada por diversas obras no campo da sociologia, da história e da economia, assistimos ao posicionamento das pessoas. Exemplo marcante de tal questão está associado ao julgamento do escândalo de corrupção batizado de mensalão. Raras são as manifestações que carregam um mínimo de equilíbrio entre o que diz a lei do país e o que se espera da justiça sem ao certo conhecer as leis vigentes. Até mesmo a imprensa parece altamente contaminada por expressiva dose de ufanismo para defender ou atacar os lados envolvidos. Raras são as manifestações que, mesmo buscando argumentos racionais não sejam taxadas sob a coloração das bandeiras partidárias.

O julgamento da Ação Penal 470 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) se transformou, aos olhos de parcela expressiva da opinião pública do país, numa imensa disputa capaz de nos remeter a uma guerra de torcidas apaixonadas. A simples forma de se referir ao processo parece capaz de sugerir a camisa vestida pelo crítico. Quem se refere a ele como Mensalão é contra o PT, quem se remete ao número da ação é mais sim-

pático ao partido do governo federal. Na verdade, o termo mensalão se transformou em algo que denigre, existindo aos olhos de parcelas da sociedade o Mensalão do DEM do Distrito Federal, o Mensalão do PSDB mineiro etc. No campo da divisão de torcidas, algo muito parecido ocorre quando nos referimos à Dilma Rousseff. Os governistas costumam chama-la de presidenta, a oposição tem o hábito de utilizar a palavra presidente precedida pelo artigo feminino 'a'.

Assim, tem sido prática comum separarmos as análises sobre o maior julgamento da história da corte suprema do país como se estivéssemos debatendo, numa mesa de bar, um apaixonante clássico do mundo do futebol. Enquanto petistas dizem que o movimento foi político e que tudo não passou de uma tremenda injustiça orquestrada por uma mídia capaz de alterar a forma de o Judiciário agir, os membros da oposição garantem que o maior escândalo de corrupção da história do Brasil foi punido com o mínimo de rigor esperado de uma nação que comumente se vê associada à impunidade e diz pretender se livrar de tal pecha. Um exemplo ilustra a situação. Recentemente o suplente de deputado federal José Genoíno (PT-SP) reacendeu essa divisão de forma emblemática ao conceder entrevista após sua posse. O parlamentar afirmou "ter a consciência serena dos inocentes", ao justificar sua decisão de, mesmo condenado pelo STF na Ação Penal 470 / Mensalão, assumir uma cadeira no Congresso Nacional. O PT defende a posição, uma vez que não parece fazer sentido que ao acusar o Judiciário de agir política e injustamente o partido acenasse de forma distinta e sugerisse que Genoíno abrisse mão de seu mandato. A oposição, por sua vez, entende que a decisão desmoraliza ainda mais o desgastado Legislativo brasileiro. Entre seus membros, inclusive, há quem diga que só o próprio parlamento tem a prerrogativa legal de cassar mandatos. Genoíno, assim, estaria protegido. As torcidas de uma ou outra agremiação partidária entram em campo e protagonizam novo embate empobrecido e apaixonado.

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
JANEIRO 2013

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

A verdade é que José Genoíno, eleito em 2010 com mais de 90 mil votos como segundo suplente de uma chapa formada pelo PT, nada mais faz do que utilizar a regra. O julgamento no qual foi condenado a mais de seis anos de prisão não terminou, existindo ainda algumas etapas a serem cumpridas até que sua condenação seja efetivada e ele seja obrigado a cumprir a pena que lhe foi imposta. Seu partido não aceita o julgamento, chegando a desafiar a decisão por meio da invocação de passeatas e atos de protesto. Além disso, o presidente da legenda, o deputado estadual paulista Rui Falcão, afirmou que o Judiciário é, hoje, um dos órgãos de oposição do país. Diante de tais argumentos, o que justificaria Genoíno desistir de sua posse? Ele contrariaria a tese do próprio PT? Por sua vez, a justiça brasileira determinou que parlamentares condenados em última instância percam seus respectivos mandatos, algo que segundo lideranças do Congresso Nacional contraria a Constituição Federal. Diante da posição criou-se, no final do ano passado, um impasse entre o Legislativo e o Judiciário. Atualmente espera-se que as decisões da Ação Penal 470 sejam publicadas, e sobre elas caberão alguns questionamentos que resultarão, ao término dos prazos regimentais, na possível prisão, pagamento de multas ou cumprimento de penas por partes dos condenados. Estima-se que tais movimentos ocorram em cerca de um ano. Até lá, a oposição reclamará e a situação se organizará para, quem sabe, defender seus filiados condenados em movimentos que, novamente, nos lembram as apaixonadas torcidas de futebol.

**Mas o que é o Mensalão, afinal?**

Um membro do PSDB afirmou, recentemente, que o presidente do PT, Rui Falcão, foi modesto quando disse que o seu partido apenas imitou os demais. Sob sua visão, "o mensalão foi caso legítimo de 'pela primeira vez na história desse país'", parafraseando o bordão que acompanha Lula desde seus primeiros discursos vangloriosos acerca de seus feitos como presidente. Será verdade? Não parece. E para compreendermos o sen-

tido de tal afirmação é necessário analisarmos o termo Mensalão. A palavra foi utilizada pelo então presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, para descrever prática atribuída ao partido de Luiz Inácio Lula da Silva que tinha, como objetivo, comprar o apoio de parlamentares da base de sustentação do governo federal no Congresso Nacional. De acordo com as declarações, uma quantia mensal era destinada a um grupo de deputados federais. Por isso o nome Mensalão, associado à lógica de uma mensalidade para o trâmite de projetos de interesse do Executivo.

O grande problema é que, infelizmente, em nossa recente história democrática é comum ouvirmos relatos sobre dinheiro utilizado para a compra desse tipo de apoio. A eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República em 1985, derrotando Paulo Maluf, foi cercada por suspeitas e acusações dessa natureza. A construção do Centrão ao longo do processo constituinte no final da década de 80 também foi orientada por concessões, associadas à corrupção, de canais de televisão e emissoras de rádio. Ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, deputados confirmaram que receberam recursos ilícitos para que votassem favoravelmente à emenda constitucional que permitiu a reeleição.

A própria lógica do presidencialismo de coalizão brasileiro é representada por intensas trocas de recursos entre Executivo e Legislativo. De um lado prefeitos, governadores e o presidente buscando o apoio parlamentar por meio da distribuição de cargos na máquina pública e da liberação de emendas parlamentares para a consolidação de favores paroquiais. Nesses casos, por mais imoral que possa ser a prática, estamos diante de algo legal. O problema é que o STF entendeu que o Partido dos Trabalhadores, ao longo do governo de Lula, desviava dinheiro público entregue ilicitamente para engordar os recursos destinados ao apoio necessário para a aprovação de temáticas de interesse presidencial. O valor do subsídio adicional

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
 JANEIRO 2013

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

era de R\$ 30 mil mensais. Isso era o mensalão.

A despeito da complexidade de tais ações, nossa cultura política tende a sugerir que a rotina é verificada em cidades e estados. A questão é saber se tais verbas se destinam a temas pontuais de interesse de grupos econômicos ou políticos fortes, ou se são regularmente distribuídas sob a forma de uma mensalidade<sup>1</sup>. Um exercício muito simples mostra o quanto a sensação de existir diferentes "mensalões" é verdadeira. Na ferramenta de pesquisas Google, na internet, basta que digitemos as palavras 'mensalinho' (diminutivo comumente adaptado às realidades municipais e estaduais) e 'vereador'. O buscador nos remete a mais de 620 mil registros entre processos, denúncias, investigações e suspeitas retratados pela mídia – inclusive, em alguns casos, o uso do termo parece bastante equivocado. Cidades como Uruoca-CE, Sorocaba-SP, Ribeirão Bonito-SP, Joinville-SC, Campinas-SP, Deadópolis-MS, Guarujá-SP, Presidente Médici-RO entre tantas outras figuram no noticiário. A simples substituição de 'vereador' por 'deputado estadual' nos remete a mais de 500 mil links que relatam casos suspeitos envolvendo as assembleias legislativas de estados como Bahia, Alagoas, Rondônia, Amazonas entre outros. Os mais diferentes partidos governam tais locais e o total de legendas beneficiadas por tais escândalos é, certamente, ainda maior. Em termos históricos, como a palavra passou a ser utilizada a partir das declarações de Roberto Jefferson, provavelmente seria possível encontrar a prática com diferentes nomes antes de 2005. Ou seja: Mensalão foi apenas uma forma de se batizar uma prática corriqueira em parcelas de nosso ambiente político.

---

<sup>1</sup> Nesse caso a análise tem meramente o intuito de compreender o termo mensalão, não havendo como atenuar compras ilícitas de apoios específicos e acentuar as críticas sobre os pagamentos regulares. Ambos são crimes.

Em termos históricos, inclusive, tal prática está associada à descrição feita por Maurice Duverger, teórico que escreveu sobre os partidos políticos no século XX. Em sua obra Partidos Políticos, o autor observa que:

"a corrupção teria ocupado lugar assaz importante no desenvolvimento dos grupos parlamentares britânicos. Por muito tempo, os ministros ingleses asseguravam a si sólidas maiorias mediante a compra dos votos, senão da consciência dos deputados. A coisa era oficiosa: havia na própria Câmara um guichê onde os parlamentares iam receber o prêmio do seu voto na ocasião do escrutínio. Em 1714 foi criado o posto de secretário político da tesouraria a fim de assumir os encargos dessas operações financeiras"

De acordo com o autor, distribuindo as benesses governamentais aos deputados da maioria, era possível fiscalizar de perto os votos e discursos. Tal situação parece capaz de explicar, de forma pragmática, a severa disciplina no partido majoritário. De acordo com Duverger, por força das circunstâncias, seria possível afirmar que a corrupção parlamentar resultou num fortalecimento da organização interior dos grupos de deputados, algo que hoje seria possível de ser visto como positivo, apesar do nascimento enviesado da lógica.

Diante de tais observações, o que existe de novo no Mensalão? Aparentemente, no Brasil, a novidade está associada à condenação por parte da justiça. O Partido dos Trabalhadores, supostamente o mais prejudicado pelo julgamento, compreende que diante da repercussão negativa cabe cobrar que a mesma justiça avance sobre as ações penais 536 e 606 que, sob relatoria de Joaquim Barbosa – o mesmo da ação 470 –

**BRASIL****EM FOCO**

JANEIRO 2013

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

aguardam julgamento com entradas em dezembro de 2009 e abril de 2011, respectivamente, na corte maior do país. Trata-se do que parcelas da sociedade têm chamado de Mensalão do PSDB Mineiro, um esquema montado pelo empresário mineiro Marcos Valério, condenado a pena superior a 40 anos no julgamento do mensalão. O esquema teria servido de embrião para aquilo que a justiça entende que auxiliou na sustentação da base de apoio à Lula no Congresso Nacional.

O problema, nesse caso, é que parece haver uma distância significativa entre o conceito de mensalão e as acusações que caem sobre Eduardo Azeredo, ex-governador de Minas Gerais, que seria o beneficiário do escândalo que teria ocorrido em 1998 em sua reeleição. As acusações contra si dizem respeito à arrecadação de recursos para a realização de sua campanha. Ele se defende afirmando que não tinha qualquer controle sobre tal questão. O julgamento está previsto para ocorrer ainda em 2013, mas não há indícios no processo que indiquem que o governo mineiro, eleito em 1994, e que governou o estado entre 1995 e 1998, tenha subsidiado de forma regular um conjunto de deputados estaduais, o que caracterizaria de fato um mensalão mineiro. Assim, parece que houve o que nossa classe política considera algo normal: o caixa dois.

Em meio aos escândalos políticos envolvendo o governo federal em 2005, Lula lançou frase lapidar associada à cultura política brasileira: "deixemos de ser hipócritas, não existe campanha sem caixa dois no Brasil". Ninguém atentou para o fato de o então presidente ter participado, até aquele momento, de quatro campanhas presidenciais. Ninguém se incomodou com o fato de ele ter presidido um partido e de ter generalizado em suas observações, envolvendo a classe política em algo criminoso. Em 2010, em debate ao longo da campanha presidencial, Dilma Rousseff foi provocada sobre arrecadações ilícitas. Disse que "todo dinheiro lícito de sua campanha estava devidamente registrado". A plateia se manifestou rindo, e

ela tratou de se corrigir. Ao longo do julgamento do mensalão as teses das defesas se concentraram em afirmar que tudo não havia passado de caixa dois. O dinheiro paralelo é culturalmente aceito? Mais do que isso: os crimes associados ao caixa dois teriam estariam prescritos, mas ainda assim, como podemos aceitar que a defesa de agentes públicos se utilize de um crime para construir seus argumentos.

A ministra Carmen Lúcia, do STF, disse ter sentido "profundo desconforto" quando um dos réus assumiu diante do STF a prática de caixa dois: "Acho estranho e grave que uma pessoa diga 'houve caixa dois'. Ora, caixa dois é crime, é uma agressão à sociedade brasileira". Tal questão, dessa forma, deve punir o PT nacional de Lula, o PSDB mineiro de Eduardo Azeredo e tantos outros grupos. Voltando ao nosso futebol, a sensação da ministra se equivale àquela do torcedor brasileiro que afirma após a vitória contestável de seu time do coração em um clássico: "ganhar do arquirrival é sempre muito gostoso, e quando é roubado é ainda melhor". Esse é o sentimento de quem considera um crime algo absolutamente natural?

**Conclusão**

Diante do que sabemos sobre o Mensalão pairam sobre a sociedade brasileira uma série de dúvidas. A primeira delas está associada, efetivamente, ao caráter político do julgamento. Não faltaram interferências ao longo do processo. A oposição se manifestou de forma assídua. A imprensa fez significativa pressão, mas devemos considerar que a justiça é, e deve se manter, cega a ponto de não sofrer influências dessa natureza. O julgamento, amplamente mostrado nos meios de comunicação, também sofreu interferência dos réus e de suas estratégias de defesa. O ex-presidente Lula foi, inclusive, acusado de interferir junto ao Congresso Nacional para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que associava o criminoso Carlinhos Cachoeira ao ex-senador cassado Demóstenes Torres (DEMGO) e ao governador de Goiás Marconi Pe-

**BRASIL****EM FOCO**

JANEIRO 2013

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

rillo (PSDB). O tiro quase saiu pela culatra: Cachoeira já havia se envolvido em suspeitas que o relacionavam ao governo Lula em 2004. Além disso, parecia representar os interesses de uma das empreiteiras mais contratada pelo Brasil em 2011, a Delta Construções – que doou mais de um milhão de reais à campanha de Dilma Rousseff em 2010. Por fim, guardava relação com governadores da base governista: Sergio Cabral (PMDB-RJ) e Agnelo Queiroz (PT-DF). A CPI envolveu gente de diferentes partidos e posições frente ao governo federal, do PT ao PSDB, e o resultado foi um relatório vazio, sem qualquer punição aos políticos envolvidos. No caso do governador do Rio de Janeiro, um importante deputado do PT de São Paulo foi flagrado pelas câmeras de uma emissora de TV lhe enviando uma mensagem SMS garantindo que, apesar do clima negativo da CPI, os parceiros estariam a salvo.

Lula ainda foi acusado de pedir que o ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, organizasse uma reunião com o ministro Gilmar Mendes, do STF. Mendes tornou o suposto teor da conversa público. De acordo com ele, o ex-presidente, já na condição de um cidadão comum, lhe pediu para retardar o julgamento do mensalão para depois das eleições municipais de 2012. Em troca ofereceu-lhe proteção em questões suspeitas associadas aos conteúdos da CPI do Cachoeira. Por fim, passado o turbilhão da CPI no Congresso Nacional, o noticiário afirma que o governador goiano Marconi Perillo, que conta com ampla maioria de deputados estaduais, planeja se vingar do PT e do PMDB instalando uma CPI para investigar o envolvimento de prefeitos de cidades goianas desses partidos com empresas ligadas à Delta Construções. Ademais, sob os argumentos utilizados pela justiça para condenar José Dirceu (ex-ministro-chefe da Casa Civil de Lula) e José Genoíno (ex-presidente do PT) parcelas da sociedade se perguntam: Lula não é culpado? Não deve ser igualmente processado e condenado? Seu partido se defende dizendo que seu líder maior está sendo atacado, e que seu legado não pode

ser manchado por denúncias dessa natureza. Estaria Lula acima da lei? Seria uma espécie de ídolo, de craque poupado pela torcida mesmo sob a insatisfação com o time?

Adicionalmente resta uma questão derradeira: o mensalão, se existiu, de fato funcionou para angariar apoio dos partidos no Congresso Nacional? Como já afirmamos, a Ciência Política tem nos mostrado que nosso presidencialismo tem a capacidade de aglutinar apoio legislativo em torno dos temas de interesse do Executivo. A adesão aos governos, no entanto, pode se dar por motivos mais pragmáticos e menos programáticos. No caso do primeiro mandato de Lula, período em que surgiu o escândalo do mensalão, a ferramenta batizada de Basômetro, lançada no portal do jornal O Estado de S. Paulo, mostra alto apoio das bancadas da base governista.

Assim, se o esquema de compra de apoio parlamentar existiu da forma como a justiça entendeu, é possível medir sua eficiência? Em caso afirmativo, devemos considerar que nem só de mensalão vive o apoio a um governo. A distribuição de cargos e a liberação de emendas orçamentárias são medidas facilmente associadas ao sucesso do Executivo em sua relação com o Legislativo. Além disso, não podemos desconsiderar que apoio ao trabalho da Presidência pode se dar por crença ao que se está propondo. Por fim, é necessário apontar que nada impede que outros esquemas de corrupção continuem alimentando a prática conhecida como mensalão. A despeito de tais observações, e de olho no Basômetro, os três partidos mais envolvidos no suposto esquema operado pelo PT merecem atenção: PPB-PP, PL (hoje PR) e PTB.

Até a metade do primeiro ano do governo Lula (2003), PL (95%) e PTB (91%) aderiram fortemente ao Planalto, lembrando que os liberais ocupavam a vice-presidência, com razões de sobra para agirem assim. O PP, que foi PPB até maio daquele ano, registrava apoio de 61% sob a velha sigla, subindo para 91% até o fim de junho sob a

**BRASIL****EM FOCO**

JANEIRO 2013

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)**AUTOR:****Humberto Dantas**

*Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo, professor universitário e parceiro da KAS em ações de educação política e análises conjunturais desde 2004.*

nova denominação, que nascia governista. A partir do segundo semestre, PL e PTB mantêm índices superiores a 90% e o PP 88%. Em 2004, quando surgem rumores da crise, liberais, trabalhistas e progressistas ofertam apoio superior a 80%. Na primeira metade de 2005, quando o escândalo vem à tona, os números ficam próximos de dois terços de adesão - num momento em que até o PT ficou na casa dos 70%. Mas nesse período, as seis votações sobre a criação da CPI do Mensalão registram posições governistas defensivas: PL (95%), PP (89%) e a legenda do acusador PTB (90%). A situação volta "ao normal" no segundo semestre, quando o menor índice de adesão do grupo ao governo fica em 79% (PP). Em 2006, com o país avançando e sob o hit eleitoral "deixa o homem trabalhar", PL (90%), PTB (87%) e PP (84%) estão firmes na base. Diante dos números, ou o governo manteve-se firme na distribuição de recursos, ou tal variável, se existiu, foi apenas um incentivo ao tradicional governismo.

Diante de tamanha complexidade dos fatos, resta saber o que efetivamente representou o gesto da justiça brasileira contra a corrupção na política. Seria algo isolado para vitimar um partido e seu governo? Ou representa uma nova tendência na tentativa de o Brasil fortalecer suas instituições? Devemos esperar que as penas sejam efetivamente impostas àqueles que foram considerados criminosos, e que culturalmente o brasileiro deixe de associar, de maneira tão automática, os fatos de nosso cotidiano político às paixões associadas ao futebol. Tal aspecto parece difícil de ser resolvido, mas o fortalecimento do rigor legal pode ser o pontapé inicial.

